

Abraham Kuyper e suas ideias político-teológicas para a educação

Jean Francesco A. L. Gomes³

Estudiosos concordam que as conquistas mais notáveis da carreira pública de Abraham Kuyper como político se deram na esfera educacional.⁴ Para mencionar algumas dessas realizações, podemos citar o esforço para reconhecer o status legal do ensino superior não público, do ensino superior técnico e do ensino superior preparatório não público (Lei do Ensino Superior de 1905).⁵ Não é sem razão que Kuyper é referido por alguns pesquisadores como um “reformador educacional”.⁶

Kuyper defendia que reformas educacionais eram necessárias para quebrar o monopólio educacional secular de sua época e para criar espaço para que aqueles com uma visão de mundo diferente ocupassem seus lugares na sociedade. Para tanto, ele argumentou pelo princípio de que a responsabilidade primária pela educação das crianças era dos pais e, portanto, não deveria ser usurpada nem pela igreja nem pelo Estado. Visto que essas conquistas ganharam pouca tração nas Américas, Kuyper tem

³ O autor é pastor presbiteriano e doutorando (PhD) em Teologia Sistemática pelo Calvin Theological Seminary, em Grand Rapids, Michigan. Sua pesquisa se concentra na relação dogmática da graça comum e graça particular no pensamento de Abraham Kuyper.

⁴ Cf. Wendy Naylor, “Abraham Kuyper and the Emergence of Neo-Calvinist Pluralism in the Dutch School Struggle” (PhD diss., University of Chicago, 2006); R. E. L. Rodgers, *The Incarnation of the Antithesis: An Introduction to the Educational Thought and Practice of Abraham Kuyper* (Edinburgh: Pentland Press, 1992); Charles Leslie Glenn, “Contrasting Remedies to Social Tensions over Schooling,” *Review of Faith & International Affairs* 17, 2 (2019), p. 59-75; Anthony H. Nichols, “Abraham Kuyper: a summons to Christian vision in education,” *Journal of Christian Education* 16 (1973), p. 78-94; James Bratt, *Abraham Kuyper: Modern Calvinist, Christian Democrat* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2014), p. 130-48; Johan Sturm and Siebren Miedema, “Kuyper’s Educational Legacy: Schooling for a Pluralist Society,” in *Kuyper Reconsidered: Aspects of His Life and Work*, eds. Cornelis van der Kooi and Jan de Bruijn (Amsterdam: VU Uitgeverij, 1999), p. 242.

⁵ A agenda educacional foi uma das três mais importantes na campanha política de seu partido, a saber, (1) extensão do sufrágio; (2) apoio financeiro para escolas não estatais e (3) legislação social para ajudar a classe trabalhadora. Para uma análise mais detalhada das políticas do partido sobre essas questões, cf. Abraham Kuyper, *Our Program* (Bellingham, WA: Lexham Press, 2015).

⁶ S. K. Chung, *Abraham Kuyper: His Life and Theology* (Seoul: Loving Touch, 2013), p. 155.

sido relido por muitos estudiosos como um paradigma intelectual que pode redirecionar as atuais escolhas de políticas educacionais de nosso continente.⁷

Apesar do crescente interesse pelo projeto educacional plural de Abraham Kuyper, as pesquisas atuais não abordam o papel específico que a teologia desempenhou no envolvimento político de Kuyper na luta escolar holandesa. Autores costumam apontar que a teologia era importante em seu pensamento, mas raramente demonstram quais eram as conexões e distinções que se deve fazer a respeito do pensamento teológico de Kuyper e seu papel no desenvolvimento de políticas públicas.⁸

Este ensaio procura contribuir para a pesquisa acadêmica na medida em que explora a influência das noções teológicas nos discursos de Kuyper como político. O argumento central aqui é que a teologia de Kuyper funcionou por trás das cortinas como um princípio arquitetônico que impulsionou seu raciocínio sociopolítico na batalha por uma educação plural holandesa. Por exemplo, em termos de argumentação política, os discursos de Kuyper são articulados de forma racional, pragmática e política, muitas vezes apelando para o senso comum da nação holandesa. Em outras palavras, enquanto a mentalidade de Kuyper é movida por convicções teológicas, sua retórica política vai além disso. Visto que o objetivo dele era persuadir o maior número possível de pessoas racionalmente, sua retórica política apelava para princípios como liberdade de consciência, justiça social, pedagogia sólida e direitos dos pais e não para conceitos teológicos, explicitamente.

Este breve ensaio está dividido em três partes. Em primeiro lugar, eu apresento como a convicção das raízes religiosas da cultura humana levou Kuyper a desvendar os motivos espirituais do sistema educacional secular de sua época, convocando a nação a relembrar sua herança religiosa e a lutar pela liberdade de consciência. Em seguida, examino o conceito de esferas soberanas. Embora essa fosse uma noção teológica, para Kuyper ela funcionava como uma teoria social para estabelecer os direitos e deveres do Estado em matéria educacional, deixando assim a educação livre para operar dentro de sua lógica própria, evitando injustiças sociais. Finalmente, exploro a doutrina da graça comum,

⁷ Charles Leslie Glenn, "Democratic Pluralism in Education." *Journal of Markets & Morality* 21, 1 (2018), p. 117-18.

⁸ Estudiosos raramente articulam a relação entre a teologia de Kuyper e a forma como ela se torna política pública. O comentário de James Bratt é uma exceção: "Uma política verdadeiramente cristã deve defender esses princípios e pode até transformá-los em lei para toda uma nação. No entanto, tal promulgação deve prosseguir pelo devido processo em assembleias deliberativas sob restrições constitucionais, de modo que, por mais que o apelo à ordenação divina servisse para a construção da moral antirrevolucionário, cinquenta por cento mais um dos legisladores teve que acreditar a partir de algum fundamento lógico mais geral que uma proposta de lei servia ao bem comum. Isso exigiu um retorno à lista de quatro itens de Kuyper. Tendo visto onde as ordenanças estavam e como deveriam ser discernidas, os antirrevolucionários ainda precisavam aplicá-las ao nível da política concreta. Por falar nisso, o que essas ordenanças eram em primeiro lugar precisava ser explicado de forma consistente." Bratt, *Abraham Kuyper*, p. 142-43.

explicando como ela facilitou o diálogo e a coalizão com outras religiões e filosofias em direção a uma pedagogia sólida.

1. As raízes religiosas da cultura e a liberdade de consciência

As ideias de Kuyper sobre educação estão espalhadas em suas palestras, artigos jornalísticos e em seus discursos políticos como membro do Parlamento e, posteriormente, como primeiro-ministro dos Países Baixos. No início de seu envolvimento na *schoolstrijd* (luta escolar de 1848-1917), Kuyper já havia percebido as motivações religiosas por trás da legislação escolar da época. Escrevendo contra o manifesto preparado pela “Sociedade para o bem comum”, Kuyper criticou a defesa de uma escola pública neutra religiosamente falando como sendo devastadora para o bem-estar do povo holandês.⁹ Segundo Kuyper, sua luta por uma escola pública neutra, na prática, violaria a liberdade de consciência da população. O objetivo de Kuyper era desmascarar o mito da neutralidade deste manifesto. Baseando-se nos argumentos de seu mentor político, Groen van Prinsterer,¹⁰ ele defendeu que o projeto da organização, em vez de promover a tolerância, era uma declaração de guerra contra aqueles que desejavam escolas gratuitas. Além de denunciar o ataque da organização ao movimento da escola livre, Kuyper sugeriu que a campanha de neutralidade religiosa funcionava como uma espécie de religião natural, uma forma de fé ou como um “cristianismo genérico” que se inspirava fortemente na chamada religião natural do filósofo Immanuel Kant,¹¹ “tornando-se agressivamente modernista em suas convicções.”¹²

Em outra publicação, “O ensino da imortalidade na escola pública”, Kuyper reiterou seu descontentamento com o crescente impulso antirreligioso da escola pública estadual. Insatisfeitos com a remoção de qualquer aspecto credal do Cristianismo, como a ressurreição do corpo, a doutrina do pecado, o juízo final e a vida eterna, agora os liberais estavam reformulando a lei escolar para remover o ensino da imortalidade da alma, colocando assim até os fundamentos da religião natural em cheque.¹³ Portanto, de acordo com Kuyper, “A máscara havia sido finalmente retirada e a escola exposta em toda a sua nudez e esterilidade”. A dissimulação sobre os elementos da fé havia sido

⁹ Abraham Kuyper, *On Education* (Bellingham, WA: Lexham Press, 2019), p. 3-14.

¹⁰ Para uma visão panorâmica sobre a relação entre Prinsterer e Kuyper, cf. Harry van Dyke, “Groen van Prinsterer: Godfather of Bavinck and Kuyper,” *Calvin Theological Journal* 47, 1 (2012), p. 72-97.

¹¹ Kuyper também se refere a essa proposta educacional religiosa disfarçada de neutra como deísmo kantiano, religião incolor, cristianismo genérico, que em vez de não religioso promoveu abertamente a descrença. Cf. Kuyper, *On Education*, p. 10, 12, 20, 28, 146, 285, 290, 318.

¹² Kuyper, *On Education*, p. 12

¹³ Kuyper, *On Education*, p. 24-26.

removida completamente, sendo substituída por esforços ativos para “silenciar Deus” e a doutrina da “vida eterna”.¹⁴

Por trás dessa linguagem de neutralidade, as novas leis escolares estariam doutrinando a nação a partir de uma perspectiva materialista. Como Kuyper argumentou: “O sepultamento da noção de imortalidade não é acompanhado por um retorno alegre à rica doutrina da ‘vida eterna’, mas por uma rejeição de todo o mundo invisível e de tudo que eleva o coração humano”.¹⁵ Na prática, o discurso de Kuyper teve o propósito de despertar a nação e, principalmente os pais, que a nova lei escolar acabaria por contradizer a educação religiosa que as crianças recebiam em casa, sem falar que seus impostos arcariam com tudo isso. Kuyper advogou que a consciência da nação deveria se levantar contra essa injustiça.¹⁶

O objetivo é eliminar certas confissões da vida pública, tudo em nome da tolerância. As táticas que antes eram usadas para suprimir a dissidência nas escolas públicas de nosso país agora são propostas também para nossas vidas religiosas. Proíba escolas alternativas por lei e, eventualmente, não sobrar nenhuma. Desencoraje toda expressão de diferença religiosa e, assim, reforce a unidade e a tolerância. Desta forma, todo pensamento será suprimido, todo conflito eliminado. Apague a centelha da vida e a luta da vida será eliminada. Então, teremos tolerância, sim, mas tolerância da indiferença, da superficialidade, da perda total dos princípios.¹⁷

As crenças teológicas de Kuyper o ajudaram a reconhecer que o modelo de escola pública estadual tinha raízes religiosas e, portanto, deveria ser alterado. Mas qual seria a melhor retórica política para trazer esse tema à tona e promover mudanças significativas em tal cenário?

Na primavera de 1874, Kuyper assumiu seu assento na câmara baixa do Parlamento.¹⁸ Em dois discursos proferidos em 7 e 8 de dezembro do mesmo ano, ele se aventurou a propor um plano para um sistema nacional de educação. Kuyper cria que todas as pessoas justas deveriam ser capazes de apoiar o seu projeto.¹⁹ Para não avançar nos temas das próximas seções deste ensaio, vale mencionar apenas como a teologia de Kuyper se manifestou em seu discurso político. Em linhas gerais, podemos verificar que a retórica teológica de Kuyper está virtualmente ausente em seu projeto político para a

¹⁴ Kuyper, *On Education*, p. 28.

¹⁵ Kuyper, *On Education*, p. 28.

¹⁶ Kuyper, *On Education*, p. 13.

¹⁷ Kuyper, *On Education*, p. 12.

¹⁸ Semelhante à Câmara dos Deputados em solo brasileiro.

¹⁹ Kuyper, *On Education*, p. 139-63.

educação. Os tons religiosos se manifestam apenas como uma articulação dos efeitos sociais de suas convicções reformadas. Deste modo, é justo concluir que Kuyper assumiu um tom humanista e estratégico ao apelar para a consciência da nação e seu antigo espírito de liberdade civil.

Em primeiro lugar, Kuyper procura esclarecer que seu projeto não é uma teocracia educacional. A tentativa não é a de substituir um modelo secularista de escola pública por um distintamente cristão. Em vez disso, ele defende que a educação deve ser desprendida das mãos da igreja e do estado e, como resultado, ter sua própria autonomia para servir ao interesse público da sociedade:

Acredito que um partido político responde às demandas das pessoas apenas se souber como derivar de seus princípios uma agenda que valorize e promova não apenas os interesses de seus simpatizantes, mas antes de tudo os interesses da nação como um todo... Minha intenção não é defender deste pódio os interesses exclusivos da escola cristã, mas sim os interesses da escola primária em geral... Qual é o sistema de ensino mais adequado para a nossa nação? Em primeiro lugar, pressionaria a necessidade de a educação adquirir, de uma vez por todas, o direito a uma posição independente.²⁰

Criticando a atitude dos reformadores, Kuyper sugere que a igreja não deveria seguir o modelo no qual a igreja tem autoridade sobre a escola pública, dado que ele não promoveria o bem comum, mas apenas fomentaria as ideias de um corpo eclesiástico. Para Kuyper, a “dependência das escolas em relação à igreja teve de levar ao resultado de que, no cardápio escolar, a refeição religiosa gradualmente se tornou o prato principal e, na natureza do caso, a instrução em assuntos seculares não poderia atingir seu pleno potencial.”²¹ Seguindo a mesma rota, mas em uma direção oposta, Kuyper menciona que, a partir de 1789, a Holanda passou por uma revolução na esfera escolar de tal forma que o Estado assumiu a postura de “educador” e arrogou para si o direito primário de educar. Assim, o Estado cometeu o mesmo erro da Igreja, isto é, emancipar a escola para o serviço de si mesma.²² Kuyper aponta que o resultado inevitável disso foi que, mais uma vez, a escola desabou em uma posição de dependência, pois, pela natureza do caso, “o Estado agora tentava fazer exatamente a mesma coisa que a igreja havia feito antes: propagar as suas próprias ideias por meio da escola”.²³

Essa crítica reflete a preocupação de Kuyper com a direção da educação holandesa ao assimilar o sistema revolucionário francês de escola pública. Ao contrário do processo

²⁰ Kuyper, *On Education*, p. 140-41.

²¹ Kuyper, *On Education*, p. 142.

²² Kuyper, *On Education*, p. 142.

²³ Kuyper, *On Education*, p. 142.

de absolutização do Estado em andamento na Holanda, Kuyper resistiu seus colegas parlamentares, dizendo que: “nada disso poderia ter sucesso em nossa boa Holanda com seu antigo espírito de liberdade civil que sempre foi a artéria coronária de nossa política.”²⁴ Em última análise, a retórica política de Kuyper implicava que o modelo de escola neutra liderada pelo Estado atentava contra as crenças fundamentais da história holandesa e violava diretamente a sua liberdade de consciência.

Na raiz do projeto educacional pluralista de Kuyper, portanto, encontramos a afirmação de que nenhum modelo educacional pode ser religiosamente neutro. Deveria ser uma pauta comum – e não apenas cristã – que nenhum governo tem autoridade para apoiar um tipo de escola e ignorar os demais.

2. A noção das esferas soberanas e o papel do Estado na educação

Outro elemento teológico responsável por emoldurar o pensamento sociopolítico de Kuyper é o conceito de esferas soberanas. Originalmente, o termo se refere ao título do discurso que Kuyper proferiu na inauguração da Universidade Livre de Amsterdã em outubro de 1880.²⁵ O discurso ilustra as inquietações de Kuyper sobre a importância da universidade cristã e o papel público que intelectuais cristãos desempenham no enfrentamento do monopólio estatal na educação.²⁶

Por um lado, no cerne do conceito de esferas soberanas está o protesto contra a absolutização do Estado – ou de qualquer outra esfera – sobre as diferentes esferas da vida. Por outro lado, Kuyper afirma que “o princípio glorioso da liberdade” está garantido sob a soberania absoluta de Cristo. É justamente a autoridade suprema de Cristo que garante “a separação das esferas, cada uma com sua própria soberania”, ou seja, cada uma com seu domínio específico, e cada uma com sua própria lógica de governo dentro de seus limites.²⁷ Desse modo, quando uma esfera extrapola seus limites, tentando subverter as demais, não é a própria conjuntura da vida social que está ameaçada, mas a própria soberania de Cristo que mantém a vida comum em ordem. Kuyper assim se esforçou para libertar a nação holandesa de um Estado autoritário em busca de uma ordem social que favorecesse a liberdade entre as esferas. Para ele, isso só

²⁴ Kuyper, *On Education*, p. 145.

²⁵ Abraham Kuyper, “Sphere Sovereignty,” in *Abraham Kuyper: A Centennial Reader*, ed. James D. Bratt (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1998), p. 461-90.

²⁶ Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 466-67.

²⁷ Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 467.

poderia ocorrer pelo reconhecimento de esferas separadas com sua própria soberania, sob a soberania absoluta de Cristo.²⁸

Mas afinal, o que a teoria das esferas soberanas tem a ver com a educação? Precisamente falando, o discurso de Kuyper é um manifesto pela liberdade da pesquisa acadêmica. Lutar pela soberania da esfera educacional é o caminho para a promoção de uma “capacidade intelectual santificada”, que pavimentaria o caminho de resistência a qualquer força superior que tentasse limitar a liberdade humana para produzir boa ciência.²⁹ Em síntese, a teoria das esferas soberanas nos dá o aparato teórico necessário para libertar o trabalho acadêmico de suas amarras – sejam elas eclesiásticas e/ou políticas.

Em um contexto de supressão da liberdade intelectual pelo Estado, Kuyper via a pesquisa acadêmica como um importante meio pelo qual Deus “concede a povos mais nobres a defesa de suas liberdades”.³⁰ Não obstante, a liberdade acadêmica só é real na medida em que possibilita que a pesquisa científica seja feita em conformidade com seus próprios princípios, livres da imposição do aprendizado pela Igreja ou Estado.

Teologicamente falando, o conceito de esferas soberanas emerge da interpretação bíblica que Kuyper faz da ordem criada. Nesse sentido, falamos de esferas de soberania como uma conclusão ou implicação de uma boa “teologia da criação”. As esferas representam todos os domínios da atividade humana. No entanto, como teólogo reformado que era, Kuyper precisava lidar com o dilema de uma boa ordem criacional que foi invadida pelos efeitos danosos da Queda. Como reconciliar a nossa confissão de que o mundo está imerso em pecado com a realidade de que os incrédulos continuam produzindo boa arte, ciência e progresso? A resposta para o enigma está na doutrina da graça comum. Para Kuyper, o mundo está repleto de um favor que Deus dispensa a todos os seres humanos para as questões ordinárias da vida. É somente por causa dessa “graça comum” que os pecadores são freados de seu mal potencial e instigados pelo próprio Senhor a produzir o bem, ainda que de modo imperfeito. Era por causa da doutrina da graça comum que Kuyper endossava uma certa noção de progresso social no sentido de que os seres humanos, religiosos e não religiosos, compartilhavam de um mandato universal para subjugar a natureza, tornando a vida comum mais ordeira, civilizada e desenvolvida.

²⁸ Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 470.

²⁹ Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 472.

³⁰ Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 475.

É por meio da operação da graça comum sobre crentes e incrédulos que podemos continuar falando de esferas soberanas. Kuyper entendia a teoria das esferas, portanto, como um princípio teológico que captava o coração da revelação bíblica para o bem comum, uma espécie de tesouro para a vida ordinária.

Entretanto, os cristãos têm um papel distinto no cenário educacional. A tarefa deles não é a de apenas promover o bem comum e pavimentar o caminho para que todas as confissões e cosmovisões tenham liberdade para produzir ciência. Vai além disso, pois diz respeito a influenciar a opinião pública com o que há de melhor da própria cosmovisão cristã.³¹ Para Kuyper, enquanto a graça comum torna possível o ser humano continuar produzindo boa ciência, a graça particular, destinada exclusivamente aos eleitos de Deus, torna possível que cristãos produzam ciência e desenvolvimento social em níveis ainda mais elevados. Assim, os cristãos se inserem no universo educacional com uma postura de diálogo e antítese. A fundação da Universidade Livre de Amsterdã é um excelente exemplo para alcançar esse duplo ideal: uma escola livre para todos e ao mesmo tempo com princípios explicitamente reformados.”³² Kuyper estava apreensivo com a timidez dos cristãos em praça pública. Ao fundar uma nova universidade, ele almejava que cristãos enxergassem o labor acadêmico como um instrumento para propagar suas convicções e voltassem a influenciar a opinião pública da nação.

Diferente dos fervorosos discursos teológicos que Kuyper apresentou em ambientes cristãos, a sua retórica teológica é praticamente ausente em seus discursos no Parlamento. Kuyper era um notável bilíngue em matéria de persuasão de audiências, pois ele sabia usar a linguagem teológica para convencer seus correligionários e, ao mesmo tempo, empregar com brilhantismo sua retórica humanista para alcançar a maioria de votos entre seus colegas parlamentares. Em seus discursos políticos, a doutrina das esferas soberanas aparece somente como uma teoria sociopolítica, uma espécie de ontologia social. Como parte do tecido social, a vida acadêmica é uma esfera de vida com sua própria lógica soberana, no caso, a busca pela verdade. Kuyper compara a esfera da erudição com um organismo vivo que cresce de sua raiz para sua própria vida e, assim, supera a tutela do estado ou da igreja.³³

É importante notar que no início e meados do século XIX, como observa Wendy Naylor, “a visão de que as crianças pertenciam antes de mais nada ao Estado estava se espalhando entre muitos líderes de escolas, tanto em nível nacional quanto municipal”. Segundo Naylor, a norma era que famílias cuidassem dos cuidados físicos dos filhos,

³¹ Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 475.

³² Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 480.

³³ Kuyper, “Sphere Sovereignty,” p. 477.

enquanto o Estado formaria as mentes deles.³⁴ Em contrapartida, Kuyper e seu partido afirmaram o direito e a responsabilidade dos pais de nutrir e educar filhos por meio de suas crenças mais profundas. Em um discurso no Parlamento, Kuyper enfatizou que “o pai é a única pessoa legal, chamada naturalmente a esta tarefa, para determinar a escolha da escola para seu filho. Devemos nos apegar a isso. Essa é a verdade primordial em toda a questão escolar. Se existe algum axioma na área da educação, é este”.³⁵ Kuyper continua: “Os direitos dos pais devem ser vistos como um direito soberano neste sentido, que não é delegado por nenhuma outra autoridade, que é inerente à paternidade e à maternidade, e que é dado diretamente de Deus ao pai e à mãe”.³⁶

Para Kuyper, a educação não é, antes de tudo, uma questão política, mas social. É um interesse público distinto porque toca em questões fundamentais da vida, incluindo as questões mais profundas que convidam a humanidade para a busca de conhecimentos como antropologia, psicologia, religião, sociologia, pedagogia e moralidade, isto é, questões que perpassam todas as partes da vida social. Por isso, diz Kuyper, como elemento da vida cultural, a educação tem direito, em todos os aspectos, a uma organização independente.³⁷

Para manter tal independência, Kuyper instou o Parlamento a formular leis que concedessem a todas as cosmovisões o direito de desenvolver suas escolas administradas por pais, com padrões estaduais mínimos e independentes da política. Como político, a missão de Kuyper era lançar luzes sobre os direitos e deveres do Estado na educação, de forma que eles não entrassem em conflito com os direitos e responsabilidades dos pais.

O lema de Kuyper: “a escola pertence aos pais”, não deve ser entendido como uma concessão aos pais do direito à soberania dentro da escola. Para Kuyper, a escola é uma esfera independente onde educadores exercem sua vocação diante de Deus e em submissão à cosmovisão ordenada pelo seu conselho. Aliado a isso, os pais devem ter o direito fundamental de estabelecer escolas de acordo com sua visão de mundo e de escolher livremente entre essas escolas. No entanto, isso não significa que o dever dos pais inclui uma espécie de livre deliberação sobre as especificidades do currículo escolar. Embora Kuyper afirmasse que as escolas deveriam ser criadas pelos pais de acordo com regras pré-estabelecidas pelo Estado e sem fins lucrativos, ele não considerava que

³⁴ Wendy Naylor, “Religious Liberty and Educational Pluralism: Abraham Kuyper’s Principled Advocacy of School Choice,” in *The Wiley Handbook of Christianity and Education*, ed. William Jeynes (Medford, MA: Wiley Blackwell, 2018), p. 341.

³⁵ Naylor, “Religious Liberty,” p. 341

³⁶ Naylor, “Religious Liberty,” p. 341.

³⁷ Kuyper, *On Education*, p. 142.

escolas devessem se sujeitar aos pais em todos os assuntos. Em última análise, os educadores são responsáveis perante os pais pela visão de mundo que ensinam, mas não necessariamente pelo método como ensinam.

Qual seria então o papel exclusivo do Estado na educação? À luz dos discursos políticos de Kuyper no parlamento holandês, podemos ponderar nas seguintes atribuições. Primeira, que o Estado tem o direito *indireto* de promover educação compulsória. Como a cláusula explícita, é um direito indireto porque depende das próprias condições que a sociedade civil impõe ao Estado. Por exemplo, é legítimo ao Estado tornar a educação obrigatória quando ele se responsabiliza por arcar financeiramente com a formação elementar da prole dos cidadãos e respeitando suas diferentes cosmovisões. No entanto, a legislação da época permitia ao Estado que obrigasse a população a se escolarizar sem respeitar essas duas condições, isto é, promovendo uma educação supostamente “neutra” e “gratuita” somente no contexto de uma formação intelectual secular.³⁸

Em segundo lugar, o Estado tem o direito de estabelecer a legislação escolar, incluindo a estipulação do nível de resultados educacionais. Kuyper se refere aqui a uma série de elementos curriculares básicos que estivessem presentes em todas as instituições educacionais da nação a despeito de sua cosmovisão – conhecimento da língua, história da nação, noções básicas de cidadania, por exemplo. A legislação escolar também deveria contemplar os alvos acadêmicos e sociais que a nação almeja para suas crianças e levar em conta que nem todos os pais têm a mesma capacidade financeira para custear os custos da educação de seus filhos. Portanto, para o ter o direito de fomentar a educação em nível nacional, o Estado deve reconhecer seu dever de fornecer ajuda financeira proporcional àqueles incapazes de pagar.³⁹

Em terceiro lugar, o Estado tem o direito e a responsabilidade de supervisão e fiscalização do andamento das escolas. Novamente, essa supervisão não deveria se concentrar nos aspectos particulares de cada crença fundamental ou religioso de cada instituição, mas meramente nos elementos básicos e comuns às demais escolas dentro do sistema nacional. Na prática, isso significa que o Estado tem o dever de proteger a liberdade de consciência de cada educador, bem como das escolas. Para Kuyper, isso poderia ser assegurado de quatro maneiras: (1) ordenando que conselhos escolares estabeleçam escolas *estritamente* neutras, isto é, não explicitamente seculares ou antirreligiosas; (2) garantindo a educação domiciliar; (3) fornecendo alternativas para remediar problemas locais; e (4) construindo escolas residenciais regionais. Assim, a

³⁸ Kuyper, *On Education*, p. 199-200.

³⁹ Kuyper, *On Education*, p. 200.

dificuldade de Kuyper não era se o Estado tinha algum papel na educação da nação, que claramente era legítima, mas com a legislação vigente que promovia a uniformidade educacional travestida de “educação neutra”.⁴⁰

Em quarto lugar, o Estado também deve ter o direito de emitir licenças de professores, isto é, ter um controle de quem são os profissionais de educação tecnicamente aptos para ensinar. Na prática, isso funciona na medida em que o Estado emite certificados de competência para aqueles que desejam ser professores e supervisiona o andamento destes em sua carreira ao longo dos anos.

Com base nos direitos e deveres do Estado na esfera educacional listados acima, concluímos que o projeto de Kuyper para educação se fundamentava em princípios reais de pluralidade social. Como primeiro-ministro, ele discursou o seguinte sobre as visões rivais de mundo presentes na nação:

o poder do Estado não deve ser usado a favor de nenhum deles. A disputa entre as visões de mundo deve ser decidida em uma luta livre dos espíritos – desde que as condições da disputa sejam iguais – para que enfim os dois lados clarifiquem o ar e possibilitem chegar a um acordo, um certo *modus vivendi* que satisfaça a ambos os lados. Acredito que começamos a chegar a um *modus vivendi* feliz na área da educação primária e, eventualmente, seremos capazes de concluí-lo. Quanto mais trabalharmos nessa direção, mais alcançaremos a paz em todas as áreas de nossa vida nacional e mais promoveremos o interesse pela educação em todos os seus ramos.⁴¹

Kuyper tentou convencer o Parlamento das quatro vantagens de seu novo modelo de escola. Em primeiro lugar, o modelo plural é concreto e integra as dimensões sociais, morais e religiosas da vida da criança, contrariando o modelo “neutro” da época que era relativamente abstrato e fragmentava o ensino fundamental. Em segundo lugar, o novo modelo incluía instrução na história do país. Kuyper temia que a nação degenerasse gradualmente em uma coleção de cidadãos globais, em vez de fomentar a cultura nacional. Terceiro, Kuyper apontou que a situação política iria melhorar. Ele argumentou que enquanto a justiça e a liberdade de consciência não estivessem garantidas para todos os grupos, não haveria pacificação social. Quarto, o novo modelo traria justiça aos pais. Na visão de Kuyper, o cenário educacional da época retratava um impasse entre a escola e os pais, como se fossem duas entidades em conflito. Por exemplo, ele ilustrava que a criança aprendia a religião, valores e princípios de vida em casa, mas essas noções básicas eram resistidas na escola. Com esse novo modelo plural, Kuyper almejava que os princípios de ordem e autoridade que têm sua origem na esfera

⁴⁰ Kuyper, *On Education*, p. 146-47.

⁴¹ Kuyper, *On Education*, p. 284.

familiar fossem reafirmados pela escola de sua escolha. Para ele, apenas um modelo nitidamente plural poderia fazer justiça às famílias e à própria história ético-religiosa holandesa.⁴²

Em termos estratégicos, boa parte do engajamento político de Kuyper com a questão da educação exigia que ele se concentrasse na desigualdade financeira do sistema escolar holandês, o qual favorecia as escolas públicas sem religião e deixava as escolas alternativas subfinanciadas. Kuyper estava especialmente preocupado com os pobres, que mais sofriam com o sistema atual. Muitos não conseguiam pagar nem mesmo uma pequena parte das mensalidades e só podiam mandar seus filhos para a escola quando uma bolsa de estudos tornasse isso possível. Antes da aprovação do sistema educacional plural financiado pelo governo, Kuyper exortou firmemente os cristãos de todo o país a serem generosos para com as famílias mais pobres que partilhavam da mesma fé. O mesmo foi defendido nas tribunas do parlamento:

Não deve ser esquecido que muitas pessoas acreditam que, quando uma criança é criada sem a fé em Cristo, ela sofre dano eterno. Não pergunto se todos os membros da Câmara pensam desta forma, mas é a opinião de milhares e milhares. Ser forçado a enviar um filho para uma escola onde ele será nutrido em um espírito oposto ao de seus pais é um mal que não pode mais ser perpetuado.⁴³

Em outro lugar, Kuyper reiterou que a luta escolar era uma oportunidade para corrigir uma injustiça social flagrante:

A luta escolar põe em ordem uma questão completamente diferente, a saber, a questão da justiça. Dois grupos em nossa população, que possuem direitos iguais aos de todas as pessoas, foram tratados de maneira tão ofensiva e vergonhosamente desigual em uma área tão sensível como a da criação de seus filhos, de modo que um grupo recebeu praticamente tudo de graça, enquanto o outro grupo teve que pagar por tudo sozinho – que se chocou tão gravemente com a primeira exigência de todo senso de justiça, que aqueles que pressionaram para eliminar esse câncer em nosso meio não poderiam ser vistos como motivados por um interesse especial.⁴⁴

Em suma, a noção de esferas soberanas de Kuyper, embora um princípio teológico *a priori*, funcionou em seus discursos políticos como uma teoria social com o objetivo de estabelecer os direitos e deveres do Estado em relação à educação. A mesma teoria social também ajudou Kuyper a convencer o parlamento de como o programa de educação

⁴² Kuyper, *On Education*, p. 147-50.

⁴³ Naylor, "Religious Liberty," p. 346.

⁴⁴ Naylor, "Religious Liberty," p. 347.

plural promoveria a independência escolar, atendendo melhor os direitos dos pais e reduzindo as injustiças sociais.

3. A graça comum, pedagogia e política

Em termos de definição, a doutrina da graça comum se refere à operação divina que garante a manutenção da ordem criada após a queda. A doutrina é uma tentativa de solucionar a coexistência do mal e bem que vemos no mundo. Por um lado, está a corrupção total de nossa natureza pelo pecado, o que significa que nossa natureza corrompida, se deixada por si mesma, se renderia imediatamente como presa da morte eterna. Por outro lado, o rico desenvolvimento contínuo da sociedade provado ser uma possibilidade real na vida das pessoas. Como resolver essa aparente contradição? Para Kuyper, a doutrina da graça comum é a melhor solução para explicar o porquê deste mundo caído não ter se transformado em um inferno imediatamente após o pecado de nossos primeiros pais. Ele explica que a graça comum é o fator que torna possível este universo se manter de pé e ainda florescer, pois Deus está com sua mão providencial freando as inclinações dos seres humanos e mantendo a ordem natural de pé.⁴⁵

A graça comum é um conceito teológico que aborda um problema real na tradição reformada, a saber, qual é a razão pela qual os incrédulos que habitam em nosso meio muitas vezes superam os filhos de Cristo em sua devoção e seriedade em seus deveres?⁴⁶ Para Kuyper, a graça comum nos ajuda a reconhecer as virtudes dos não regenerados como frutos da graça soberana de Deus. Obviamente, Kuyper aqui não se refere a graça particular, que é destinada somente aos eleitos para a salvação eterna. Essa manifestação comum da bondade de Deus pode ser chamada de graça pelo simples fato de ser “imerecida”.⁴⁷

Em termos práticos, para Kuyper, a doutrina da graça comum é o motivo básico que legitima a participação cristã com pessoas de outras convicções na vida pública.⁴⁸ Para o nosso propósito aqui, vale lembrar que o trabalho de Kuyper sobre a graça comum teve conexões óbvias com sua carreira política em ascensão. James Bratt explica: “Ele desdobrou o conceito em sua coluna de teologia no *De Heraut* durante um período de

⁴⁵ Cf. Kuyper, *De Gemeene Gratie*, II.8.1. Veja também II.11.1.

⁴⁶ João Calvino, *Institutas da Religião Cristã*, II.3.3.

⁴⁷ Bratt, *Abraham Kuyper*, p. 198.

⁴⁸ Para uma introdução, cf. Bratt, *Abraham Kuyper*, p. 197-204.

seis anos – de setembro de 1895, logo depois de ter reingressado no Parlamento, até julho de 1901, quando estava formando o gabinete”.⁴⁹

A inter-relação da graça comum e a carreira política de Kuyper não é apenas historicamente entrelaçada, mas também lança luzes sobre o papel da teologia em sua formação política. Bratt explica: “a política baseada na fé requer algum terreno comum com pessoas de convicções fundamentalmente diferentes – pelo menos para estabelecer inteligibilidade mútua e respeito pelas regras do jogo, e no máximo para construir coalizões em questões de interesse comum.”⁵⁰

É nesse espírito de aliança, motivado pela doutrina da graça comum, que Kuyper tenta convencer as autoridades da nação holandesa a repensar sua pedagogia. Antes de explorar a relação entre teologia, pedagogia e política na visão de Kuyper, é importante lembrar que ele não era um pedagogo.⁵¹ Como Sturm e Miedema apontam, Kuyper estava interessado na educação na medida em que se encaixasse em seu novo sistema sociopolítico. Ou seja, a pedagogia de Kuyper nasce com traços eminentemente políticos. Posteriormente, outros nomes da tradição neocalvinista, como Herman Bavinck e Jan Waterlink, darão continuidade à sua teoria educacional, não se limitando à esfera política.⁵² Por enquanto, é suficiente sublinhar as opiniões de Kuyper sobre o desenvolvimento saudável da criança, fazer algumas notas iniciais sobre a pedagogia e como a doutrina da graça comum tornou possível que católicos e reformados, embora teologicamente adversos, pudessem agir em conjunto nas questões de educação e moral.

Em primeiro lugar, Kuyper sustentava que a criança é uma unidade orgânica cujo desenvolvimento saudável requer que a nutrição que ela recebe em casa, na escola e na igreja brote das mesmas crenças básicas.⁵³ Ele diz: “A criação de filhos nasce de três fatores: primeiro, pela educação doméstica, segundo, pelo ensino eclesiástico e, em terceiro lugar, pela influência da sociedade”. Segundo Kuyper, o primeiro fator “pertence à família, o segundo ao domínio da igreja, e apenas o último está no solo da sociedade”. Essa visão tripla da educação não é novidade em Kuyper, mas parte do longo

⁴⁹ Bratt, *Abraham Kuyper*, p. 197-98.

⁵⁰ Bratt, *Abraham Kuyper*, p. 198.

⁵¹ Embora Kuyper tenha lançado as bases para a teoria educacional neocalvinista, estudiosos apontam que, em comparação com os escritos dos pedagogos profissionais subsequentes dentro da mesma tradição, as ideias de Kuyper são notavelmente conservadoras, influenciadas pelos deveres de respeito, obediência e submissão por parte dos filhos aos pais e o chamado aos pais para manter a ordem e punir com firmeza. Consequentemente, Kuyper estava mais interessado em educação na medida em que se encaixasse em seu novo sistema sociopolítico. Cf. Sturm and Miedema, “Kuyper’s Educational Legacy,” p. 241.

⁵² Sturm and Miedema, “Kuyper’s Educational Legacy,” p. 242.

⁵³ Kuyper escreveu quarenta páginas lidando com pedagogia em sua trilogia sobre a graça comum, cf. Abraham Kuyper, *De Gemeene Gratie*, Vol. 3 (Kampen: Kok, 1938).

legado que remonta à influência de João Calvino em Genebra.⁵⁴ No entanto, a ideia de que a escola não deve estar sob o domínio da igreja, mas da sociedade civil, é uma novidade da perspectiva de Kuyper, como já foi explicado acima.

Em segundo lugar, Kuyper acreditava que a criança não poderia ser dividida em compartimentos, como os intelectuais, morais e religiosos, ou compartimentos de caráter e habilidades práticas, uma vez que uma criança é una e deve ser formada como uma unidade. Os efeitos colaterais de uma educação fragmentada, de acordo com Kuyper, se manifestam na confusão da criança e na falta de firmeza de caráter. Por causa disso ele entende necessidade de coesão entre a educação na escola e a educação no lar.⁵⁵ Consequentemente, como Naylor capta bem, “um sistema educacional que ignorava a religião ou impunha uma religião particular às crianças, contrariamente à sua experiência em casa, violava não apenas a consciência dos pais, mas também uma norma pedagógica fundamental”.⁵⁶ Em outras palavras, os direitos de uma criança são violados quando lhe é negada uma educação unificada. Kuyper escreveu: “A criança tem o direito moral de ser criada de maneira consistente, em uma direção, de acordo com princípios firmes, porque do contrário ela não será fortalecida, mas enfraquecida, não iluminada, mas levada à confusão e moralmente prejudicada”.⁵⁷

Em terceiro lugar, Kuyper vinculou a ideia de graça comum, pedagogia e seu programa pluralista para a educação de três formas. Primeiro, ele acreditava que Deus concedeu à humanidade uma curiosidade natural sobre a vida e a capacidade de observar, questionar, experimentar e descobrir novos aspectos da maneira como este mundo funciona. Em segundo lugar, para que as crianças desenvolvam seus instintos de aprendizagem da graça comum, elas precisam estar em escolas que promovam e estendam as crenças básicas que experimentam em casa. Terceiro, Kuyper se opôs veementemente ao método abstrato então usado em muitas escolas públicas, que tinha pouca ou nenhuma conexão com a experiência da vida real da criança.

Com o relativo sucesso de sua empreitada política nos assuntos educacionais, Kuyper passou a ser acusado por seus opositores de dividir a nação. Em um de seus discursos no parlamento, ele respondeu que o tipo mais confiável de unidade nacional é aquele que abre espaço para uma multiplicidade de comunidades de fé. Ou seja, o objetivo deveria

⁵⁴ Para uma visão geral da estratégia de Calvino para a educação cristã em Genebra, cf. Jean Francesco A. L. Gomes, “Reforming the Church, Home, and School: The Strategic Role of Catechesis in Calvin’s Geneva,” *Fides Reformata* 24, 1 (2019), p. 87-108.

⁵⁵ Kuyper, *De Gemeene Gratie*, 3:393.

⁵⁶ Naylor, “Religious Liberty,” p. 338.

⁵⁷ Naylor, “Religious Liberty,” p. 338.

construir políticas públicas que fomentassem a pluriformidade, em vez da uniformidade:

Existe unidade e unidade... qual devemos procurar? A unidade do pintor de paredes que cobre tudo com a mesma cor, ou aquela unidade superior na harmonia de cores em que o artista persegue com uma rica diversidade de tons e gradações? O primeiro tipo é a unidade que o membro de honra deseja ao colocar todos no mesmo molde; a unidade que eu defendo é a unidade do canteiro de flores por meio da qual cada flor retém sua forma e cor peculiares das quais nasce essa harmonia superior.⁵⁸

Em outro momento, agora como primeiro-ministro, ele foi acusado de quebrar a unidade da nação ao rejeitar o projeto de uma escola pública comum para todos. Ele respondeu com as seguintes palavras:

Essa unidade não é absolutamente promovida por uma escola comum... Na verdade, o que trouxe divisão na nação foi a escola pública do jeito que está... Depois que a escola comum foi reforçada em 1857, pouquíssimo foi feito para fomentar a tolerância. A própria imprensa liberal nunca se cansou de atizar o fogo da discórdia entre católicos e protestantes... Então, o que resta da alegação de que escolas privadas quebram a unidade da nação e que a escola pública nos une a todos? Nada. É uma afirmação que não passar pelo teste dos fatos.⁵⁹

Kuyper estava correto em sua leitura da história do país. De fato, quando católicos e protestantes perceberam seu terreno comum em termos de pedagogia, liberdade de consciência e a necessidade de um programa plural para a educação nacional, os dois movimentos se uniram contra as elites holandesas da época e gradualmente conseguiram despertar a consciência da população. Atualmente, os Países Baixos permanecem com o sistema de liberdade educacional mais evoluído, segundo o qual as escolas que refletem uma variedade de visões de mundo e abordagens pedagógicas desfrutam de financiamento público igual e proteção de sua distinção.⁶⁰ Como Charles Glenn observa, esses arranjos “não caíram simplesmente do céu, mas foram alcançados por meio de amarga luta e mobilização de elementos da população que eram vistos como o alvo sem voz da política educacional.”⁶¹

⁵⁸ Kuyper, *On Education*, p. 163.

⁵⁹ Kuyper, *On Education*, p. 307-8.

⁶⁰ Para uma discussão sobre a postura neocalvinista sobre educação e financiamento de escolas não governamentais, cf. Kevin Pybas, “Neo-Calvinist Social Thought and Civic Education,” in *Faith, Morality, and Civil Society* (Lanham, MD: Lexington Bks, 2003), p. 17-35.

⁶¹ Charles L. Glenn, “Kuyper and Free Schools, Then and Now,” in *On Education*, xlvi.

4. Considerações finais

Tenho explorado até aqui a interação entre a teologia de Kuyper e seu pensamento político sobre a educação a partir de seus discursos políticos. Argumentei que os princípios teológicos de Kuyper, como a noção das raízes religiosas que permeiam a cultura, a teoria das esferas soberanas e a doutrina da graça comum, funcionaram como um princípio abrangente que impulsionou o raciocínio sociopolítico do polímata na luta por uma educação pluralista holandesa.

Kuyper soube conectar a teologia dogmática com seus empreendimentos políticos e, ao mesmo tempo, distinguir a retórica do púlpito daquela praticada como magistrado. No geral, enquanto a mentalidade de Kuyper é alimentada por convicções teológicas, sua retórica política vai além disso, articulada de forma racional, pragmática e política, muitas vezes apelando para a consciência e herança da nação holandesa.

Mais precisamente sobre a questão educacional, mostrei como Kuyper aplicou o conceito de raízes religiosas da cultura à questão da liberdade de consciência; expliquei como Kuyper fez uso da teoria das esferas para legitimar os direitos dos pais, libertar a educação como uma esfera independente, definir os direitos e deveres do Estado e combater as injustiças cometidas contra as minorias; e explorei a maneira pela qual Kuyper se apropriou da doutrina da graça comum como estratégia política para repensar a pedagogia e legitimar a participação cristã com pessoas de outras convicções na vida pública.

Qual seria o cenário adequado para o florescimento de escolas cristãs na perspectiva de Kuyper? Em minha avaliação, o bom andamento de uma escola cristã em um contexto plural exige o envolvimento de pelo menos quatro parceiros: a igreja para verificar se a fé é apresentada corretamente, o governo para revisar se os alunos são apresentados a um currículo adequado necessário para participar da vida pública, os pais para verificar se a escola os ajuda a manter seus votos batismais de treinar a criança no temor do Senhor, e os professores para garantir se os alunos estão sendo treinados adequadamente em métodos sólidos de ensino.

Bibliografia

Bratt, James. *Abraham Kuyper: Modern Calvinist, Christian Democrat*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2014.

Calvin, John. *Institutes of the Christian Religion*, edited by John T. McNeill, translated by Ford L. Battles. Philadelphia: Westminster, 1960.

Glenn, Charles Leslie. "Contrasting Remedies to Social Tensions over Schooling" *The Review of Faith & International Affairs* 17, 2 (2019): 59-75.

_____. "Democratic Pluralism in Education." *Journal of Markets & Morality* 21, 1 (2018): 117-40.

Gomes, Jean Francesco A. L. "Reforming the Church, Home, and School: The Strategic Role of Catechesis in Calvin's Geneva." *Fides Reformata* 24, 1 (2019): 87-108.

Kuyper, Abraham. *On Education*. Bellingham, WA: Lexham Press, 2019.

_____. *Our Program*. Bellingham, WA: Lexham Press, 2015.

_____. "Sphere Sovereignty." In *Abraham Kuyper: A Centennial Reader*, edited by James D. Bratt. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1998, 461-90.

_____. *De Gemeene Gratie*, Vol. 3. Kampen: Kok, 1938.

Naylor, Wendy. "Abraham Kuyper and the Emergence of Neo-Calvinist Pluralism in the Dutch School Struggle." PhD diss., University of Chicago, 2006.

_____. "Religious Liberty and Educational Pluralism: Abraham Kuyper's Principled Advocacy of School Choice." In *The Wiley Handbook of Christianity and Education*, edited by William Jeynes. Medford, MA: Wiley Blackwell, 2018, 325-53.

Nichols, Anthony H. "Abraham Kuyper: a summons to Christian vision in education." *Journal of Christian Education* 16 (1973): 78-94.

Pybas, Kevin. "Neo-Calvinist social thought and civic education." In *Faith, Morality, and Civil Society*. Lanham, MD: Lexington Bks, 2003, 17-35.

Rodgers, R. E. L. *The Incarnation of the Antithesis: An Introduction to the Educational Thought and Practice of Abraham Kuyper*. Edinburgh: Pentland Press, 1992.

Chung, S. K. *Abraham Kuyper: His Life and Theology*. Seoul: Loving Touch, 2013.

Sturm, Johan and Siebren Miedema. "Kuyper's Educational Legacy: Schooling for a Pluralist Society." In *Kuyper Reconsidered: Aspects of His Life and Work*, edited by Cornelis van der Kooi and Jan de Bruijn. Amsterdam: VU Uitgeverij, 1999, 238-247.

Van Dyke, Harry. "Groen van Prinsterer: Godfather of Bavinck and Kuyper." *Calvin Theological Journal* 47, 1 (2012), 72-97.